

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

FERNANDA BARASUOL

**TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL:
TENDÊNCIAS E DESAFIOS NO ENSINO E NA PESQUISA**

Porto Alegre

2012

FERNANDA BARASUOL

**TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL:
TENDÊNCIAS E DESAFIOS NO ENSINO E NA PESQUISA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Cepik

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

B225t Barasuol, Fernanda Barth

Teorias de relações internacionais no Brasil : tendências e desafios no ensino e na pesquisa / Fernanda Barth Barasuol. – Porto Alegre, 2012.

38 f. : il.

Orientador: Marco Cepik.

Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2012.

1. Relações internacionais : Brasil. 2. Ensino. 3. Pesquisa. I. Cepik, Marco Aurélio Chaves. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. III. Título.

CDU 327(81)

FERNANDA BARASUOL

**TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL:
TENDÊNCIAS E DESAFIOS NO ENSINO E NA PESQUISA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Cepik

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de novembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Cepik – Orientador

UFRGS

Profa. Dra. Norma Breda

UnB

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador, Prof. Dr. Marco Cepik, pela orientação e pela confiança.

Agradeço a meus pais pela compreensão, pelo apoio e pela paciência.

Agradeço a meus colegas do PPGEEI, pela ajuda e pela amizade.

Agradeço aos amigos, em especial a Aline Messchmidt e Rubiane Neumann. Obrigada por estarem sempre dispostas a me ouvir e por sempre me encorajarem.

Agradeço aos funcionários do SIC CNPq pela prestatividade e por seus esforços na obtenção dos relatórios técnicos utilizados nesse trabalho.

Agradeço a todos os professores que se demonstraram dispostos em compartilhar seus Planos de Ensino para a realização dessa pesquisa.

A esses, muito obrigada.

RESUMO

Existe na área de Relações Internacionais um amplo predomínio de perspectivas teóricas desenvolvidas nos Estados Unidos e Europa. Uma das questões que surge a partir desta constatação é a seguinte: por que esse predomínio é tão acentuado? Uma hipótese de trabalho plausível para responder esta pergunta combina os efeitos das barreiras impostas à produção intelectual e à circulação internacional de ideias oriundas de outros países com a pouca atenção concedida à reflexão teórica e metodológica no âmbito dos estudos de RI fora dos Estados Unidos e Europa. Este artigo concentra-se na segunda parte desta hipótese. O objetivo do trabalho é, assim, o de analisar de maneira preliminar o ensino de teorias de RI e o uso destas na pesquisa no contexto brasileiro. Para a avaliação do ensino de Teoria de RI são analisados currículos dos cursos de graduação e Planos de Ensino, enquanto que a reflexão sobre o uso de teorias de RI na prática brasileira de pesquisa é baseada na análise qualitativa de teses de doutorado, relatórios técnicos de pesquisas financiadas pelo CNPq e artigos publicados em periódicos científicos brasileiros da área de RI. Ademais, o caso brasileiro é contextualizado através de uma revisão parcial da literatura científica sobre o ensino de teoria de RI e sua utilização na pesquisa na Índia e na África do Sul.

Palavras-chave: Teorias de Relações Internacionais. Ensino. Pesquisa. Índia. África do Sul.

ABSTRACT

There is predominance, in the field of International Relations, of theoretical perspectives developed in the United States and Europe. One of the questions that arises from this finding is the following: why is this predominance so pronounced? A plausible hypothesis to answer this question combines the barriers imposed to the intellectual production and the international circulation of ideas generated in other countries and the little attention received by theoretical and methodological reflection in the field of IR outside of the US and Europe. This paper concentrates on the second half of this hypothesis. Its objective is, therefore, to undertake a preliminary analysis of the teaching of IR theory and the use of these theories in research in the Brazilian context. To evaluate the teaching of IR theory, courses' curricula and teaching programs are analyzed, while the reflection over the use of theories of IR in the research is based upon the qualitative analysis of doctoral dissertations, technical reports from researches financed by CNPq and papers published in Brazilian journals in the field of IR. In addition to this, the Brazilian case is contextualized by the partial review of scientific literature regarding the teaching of IR theory and its use in research in India and South Africa.

Keywords: Theories of International Relations. Teaching. Research. India. South Africa.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL | 9 |
| 3 O ENSINO DE TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL | 14 |
| 4 A TEORIA NA PRÁTICA DE PESQUISA EM RI NO BRASIL | 21 |
| 5 PARA ALÉM DO BRASIL: A QUESTÃO DA TEORIA DE RI NA ÍNDIA E NA ÁFRICA DO SUL | 29 |
| 6 CONCLUSÕES..... | 33 |
| REFERÊNCIAS | 35 |

1 INTRODUÇÃO

O predomínio, na área de Relações Internacionais, de teorias formuladas nos Estados Unidos e na Europa é amplamente documentado e facilmente detectável: uma breve análise das teorias mais difundidas - realismo, liberalismo, neorealismo e neoliberalismo, marxismo, construtivismo, escola inglesa – demonstra que as relações internacionais tendem a ser estudadas a partir de perspectivas desenvolvidas naqueles países.¹

Uma das questões que surge a partir desta constatação, a qual orienta o esforço realizado neste trabalho, é a seguinte: por que esse predomínio é tão acentuado? Uma hipótese de trabalho plausível para responder esta pergunta combina os efeitos das barreiras impostas à produção intelectual e circulação internacional de ideias oriundas de outros países com a pouca atenção concedida à reflexão teórica e metodológica no âmbito dos estudos de RI fora dos Estados Unidos e Europa (BARASUOL, 2010).

Além de ser um fator limitador em si mesmo para a formação e diversificação dos centros de produção teórica, a falta de atenção aos aspectos teóricos e metodológicos no ensino de Relações Internacionais pode influenciar a qualidade da pesquisa desenvolvida na área, contribuindo para perpetuar um círculo vicioso de dependência intelectual que limita o seu desenvolvimento como campo de conhecimento e de debate público com consequências para a ação dos atores relevantes. Por isto decidi concentrar-me na segunda parte da hipótese de trabalho.

Na medida em que não há condições de se testar a hipótese de trabalho proposta integralmente neste artigo, a tarefa possível de ser realizada aqui é a de analisar de maneira preliminar a relação entre o ensino de teorias de RI e seus usos na pesquisa no contexto brasileiro. Mesmo com este objetivo mais circunscrito, é importante justificar algumas escolhas e limitações do trabalho desde já. Em primeiro lugar, justifica-se a escolha do caso brasileiro devido ao enorme crescimento acadêmico da área de Relações Internacionais nos últimos quinze anos, o que corresponde também a uma visibilidade internacional e protagonismo crescente da diplomacia e da política exterior do Brasil no cenário

¹ Ver, por exemplo: WEAVER, Ole. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. **International Organization**, Cambridge, n. 52, p. 687-727 1998; SMITH, Steve. The United States and the Discipline of International Relations: “Hegemonic Country, Hegemonic Discipline”. **The British Journal of Politics and International Relations**, Londres, v. 2, n. 3, p 374-402, 2000; AYNDILI, Ersel; MATHEWS, Julie. Are The Core and The Preiphery Irreconcilable? The Curious World of Publishing in Contemporary International Relations. **International Studies Perspectives**, Tucson, n. 1, p. 289-303, 2000; BUZAN e ACHARYA (2010).

internacional.² Em segundo lugar, existem limitações decorrentes da pouca disponibilidade de dados empíricos para que se possa avaliar os nexos entre ensino de teoria e qualidade da pesquisa.

Tendo em vista a inexistência de informações sistemáticas que permitissem avaliar a existência de correlação estatística entre o ensino universitário de teorias de RI e a qualidade da pesquisa produzida nesta área no Brasil, para não falar da possibilidade de realizar inferências causais sobre tal correlação caso ela venha a ser estabelecida por pesquisas adicionais, delimitou-se o objetivo específico deste artigo como sendo o de realizar uma avaliação preliminar, contextualizada e qualitativa a respeito das duas variáveis (ensino e pesquisa).

O artigo está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. Na próxima seção procurou-se evidenciar o crescimento da área de Relações Internacionais nas universidades brasileiras entre 2000 e 2011, tanto na graduação quanto na pós-graduação *stricto sensu*. Em seguida, na terceira seção é realizada uma avaliação qualitativa do ensino de Teoria de RI nas universidades brasileiras. A quarta seção, por sua vez, dedica-se à reflexão sobre o uso de teorias de RI na prática brasileira de pesquisa neste campo, o que foi possível observando-se teses de doutorado, relatórios técnicos de pesquisas financiadas pelo CNPq e artigos publicados em periódicos científicos brasileiros da área de RI. Para verificar se o caso brasileiro é muito distinto do que se observa em outros países em desenvolvimento, na quinta seção do artigo foi realizada uma revisão parcial da literatura científica sobre o ensino de teoria de RI e sua utilização na pesquisa na Índia e na África do Sul. Finalmente, na sexta seção foram coligidas as principais conclusões do artigo e definidos caminhos possíveis para a continuidade da pesquisa.

² Essa crescente visibilidade se deve, em parte, ao crescimento econômico brasileiro nas últimas décadas e à maior integração do país na economia internacional, mas também, pode-se dizer, à adoção de uma política externa que tem buscado afirmar a condição de potência emergente do país. Dentre as características dessa política podemos citar: uma maior ênfase dada ao processo de integração sul-americano, uma reaproximação com os países africanos e árabes (de fato, foi dado destaque à cooperação Sul-Sul como um todo), uma atuação de liderança durante a rodada de Doha da OMC, e uma campanha significativa na busca do assento no Conselho de Segurança da ONU (VIZENTINI, 2005; LIMA, 2005).

2 O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

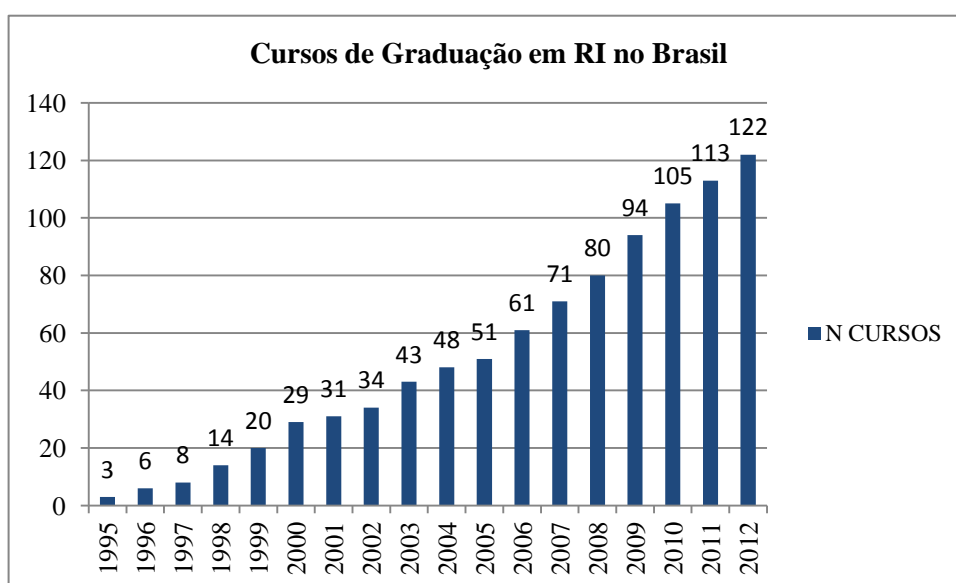
A disciplina de Relações Internacionais teve surgimento relativamente tardio no Brasil. O estudo das Relações Internacionais recebeu, até meados da década de 1970, muito pouca atenção. Até esse momento os estudos existentes se relacionavam, de modo geral, às políticas brasileiras para a Bacia do Prata e às relações com a Argentina. Na maior parte tinham cunho geopolítico e muitas vezes eram produzidas por militares – caso contrário em geral eram estudos feitos por diplomatas (HERZ, 2002; MIYAMOTO, 1999). Mônica Herz (2002, p.15), aponta como fatores desse pouco desenvolvimento da área “a relação entre a reflexão sobre política externa e o aparato diplomático, um desempenho internacional inexpressivo [e] uma clara conexão com a política internacional norte-americana”.

Na década de 1970 toma impulso o estudo das Reações Internacionais no país, embora seu progresso se dê de modo lento. O estudo da disciplina encontrava dificuldades principalmente devido ao pequeno número de acadêmicos especializados na área de RI do país, e ao mesmo tempo devido à censura que ainda existia na época. Contudo, é nessa década que ocorre a criação do primeiro curso de graduação em Relações Internacionais no Brasil (o da UnB, em 1974), do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais, em 1978, e também do Instituto de Relações Internacionais da PUC do Rio de Janeiro, em 1979 (HERZ, 2002; MIYAMOTO, 1999).

Um aspecto controverso relacionado ao desenvolvimento da disciplina no país é a questão de sua proximidade com a Ciência Política. Alguns autores (HERZ, 2002; LESSA, 2005) argumentam que esse desenvolvimento não se deu a partir da Ciência Política, como ocorreu em países como Alemanha e Estados Unidos, mas sim a partir de contribuições de especialistas de campos diversos, como historiadores, cientistas políticos, especialistas em Direito Internacional e economistas. Essa configuração seria resultado, sob essa perspectiva, do tardio desenvolvimento da própria Ciência Política no país, a qual se organizou como disciplina nas universidades brasileiras somente em meados da década de 1960. Outros autores, no entanto, advogam que “as Relações Internacionais surgiram na academia brasileira em íntima associação com a Ciência Política” (MENDONÇA; VELASCO E CRUZ, 2010, p. 298). Não está no escopo deste trabalho adentrar nessa polêmica, o que se poderia argumentar, contudo, é que a maior ou menor vinculação à Ciência Política tende a variar através das diferentes instituições.

O progresso no estudo das Relações Internacionais no Brasil se dá principalmente a partir dos anos 1990, com a diversificação dos *loci* institucionais através da criação de diversos cursos de graduação e pós-graduação. A partir de então o crescimento se deu de modo bastante acelerado, como bem demonstra o Gráfico 1. O aumento da oferta de cursos se dá concomitantemente ao aumento da visibilidade internacional do Brasil, porém seus motivos são variados, sendo ainda importante destacar o processo de integração regional, a estabilidade econômica do país e o processo de globalização (MYAMOTO, 1999, p. 95).

Gráfico 1: Número de cursos de graduação em funcionamento no país (1995-2012)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do MEC (BRASIL, 2012).

Observação: Inclui somente cursos reconhecidos pelo MEC no momento da elaboração. Também só estão representados no gráfico aqueles cursos para os quais o MEC disponibiliza a data de criação (total de 121) ou que a data de criação esteja disponível no site internet da instituição (caso da UFF), o que excluiu quatro cursos listados pelo ministério (são eles: UNIPLAN, IBMEC Distrito Federal, Faculdade Michelangelo e FRB-GV).

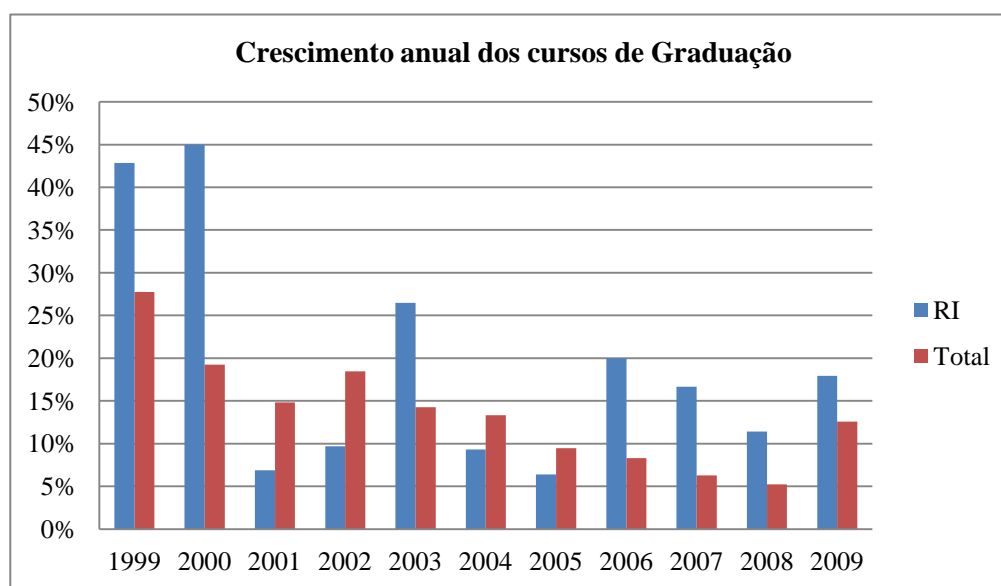
Como se pode ver o crescimento dos cursos na área foi concentrado nas décadas de 1990 e 2000. Na metade da década de 1990 existiam apenas três cursos de Relações Internacionais no país, dez anos depois esse número estava em 50, e nos sete anos seguintes mais que dobrou, ultrapassando uma centena.³ Apresenta-se como grande incentivo para a criação de novos cursos no Brasil na área dos estudos internacionais a ampliação do mercado de trabalho em áreas diversas, como as assessorias internacionais e organizações

³ Como foi mencionado acima, os dados citados são referentes apenas aos cursos aprovados pelo MEC. Isso aponta, além do crescimento do número de cursos, o resultado do esforço empreendido pelo ministério em regularizar a área, visto que, como aponta Taís Julião (2009, p. 118) em 2009 apenas 50% dos 98 cursos então existentes eram reconhecidos pelos órgãos educacionais do país.

internacionais governamentais e não governamentais, bem como o aumento da relevância do Brasil no cenário internacional.

O crescimento da área de RI se deu em um contexto de amplo crescimento do ensino superior no Brasil de modo geral. Como se pode ver no Gráfico 2 (abaixo), o ensino superior no Brasil cresceu consideravelmente no decênio 1999-2009⁴, com o surgimento de muitos novos cursos de graduação.

Gráfico 2: Crescimento da graduação em RI e Total das áreas do conhecimento (1999-2009)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do MEC (BRASIL, 2012) e INEP (2010).

Considerando-se todo o período, o número de cursos de graduação total aumentou 213%, enquanto que na área de RI cresceu 360%. No entanto, é válido ressaltar que a área de RI partiu de um patamar bastante baixo, já que em 1999 existiam apenas 20 cursos de graduação na área.

É notável, ainda, que o crescimento na área de Relações Internacionais se deu de modo mais irregular, com grandes picos em alguns anos (1999, 2000) e taxas de crescimento bem mais modestas em outros (2001, 2002, 2004, 2005), enquanto o crescimento do ensino superior de modo geral se deu de modo um pouco mais uniforme, com taxas mais altas no período 1999-2003 do que no período 2003-2008.

⁴ O INEP só disponibiliza dados do crescimento do número de cursos de graduação (o total nacional de todas as áreas) até o ano de 2009, por isso optou-se por esse período para realização da comparação com a área de Relações Internacionais.

É importante ressaltar, igualmente, que o crescimento da área de RI não se deu de maneira geograficamente uniforme: a grande maioria dos cursos concentrou-se nas regiões sul, sudeste e Distrito Federal, com grande predomínio do estado de São Paulo. Dos 126 cursos cadastrados no MEC, São Paulo possui 42; Rio de Janeiro, 21; Rio Grande do Sul, 14; Distrito Federal, 10; Santa Catarina, 8; Paraná, 7; Minas Gerais, 6; Pernambuco, 3; Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, e Paraíba, 2; Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pará, Rio Grande do Norte, Roraima, e Sergipe, 1; os demais estados não possuem curso.

Outro aspecto marcante no que tange a distribuição dos cursos de Relações Internacionais é sua concentração no ensino privado. Em 2009, 83,7% dos cursos eram oferecidos em instituições privadas, e apenas 16,3% em instituições públicas (JULIÃO, 2009). No mesmo ano, no total de cursos de graduação oferecidos no país, compreendendo todas as áreas, a participação das instituições privadas era de 54% (INEP). Ou seja, a participação das instituições privadas na área de RI é quase 30% maior do que a participação média dessas instituições no ensino superior como um todo.

A pós-graduação na área de Relações Internacionais também teve crescimento considerável no período analisado. Embora os primeiros programas de pós-graduação tenham surgido ainda na década de 1980 (na UnB e PUC Rio), a maior parte dos doze programas existentes surgiu nos anos 2000, como se pode ver na Tabela 1 (abaixo).

Tabela 1: Cursos de Pós-Graduação em Relações Internacionais (e áreas correlatas)

| INSTITUIÇÃO | CURSO | NÍVEL | ANO INÍCIO |
|---|---|-------|-------------|
| UNB | Relações Internacionais | M D | 1985 e 2002 |
| PUC RIO | Relações Internacionais | M D | 1987 e 2001 |
| USP | Relações Internacionais | M D | 2002 e 2008 |
| UNESP, PUC SP e UNICAMP (San Tiago Dantas) | Relações Internacionais | M D | 2003 e 2011 |
| IUPERJ (UCAM) | Ciência Política e Relações Internacionais | M D | 2011 |
| UFSC | Relações Internacionais | M | 2011 |
| UFF | Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança | M | 2008 |
| UERJ | Relações Internacionais | M | 2008 |
| CEBELA | Relações Internacionais na América Latina | M | 2008 |
| UEPB | Relações Internacionais | M | 2009 |
| UFRGS | Estudos Estratégicos Internacionais | M D | 2011 |
| PUC MG | Relações Internacionais: Política Internacional | M D | 2007 e 2011 |

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados da CAPES (2012).

Observação: M corresponde a nível Mestrado, D a Doutorado e PD a pós-doutorado. Para o IUPERJ foi considerada a data de reabertura dos cursos após reestruturação dos mesmos.

Além dos programas incluídos na tabela acima, vale ressaltar que vários programas de pós-graduação em Ciência Política possuem linhas de pesquisa relacionadas às Relações Internacionais. A USP possui uma linha de pesquisa em Relações Internacionais, a UNICAMP, em Estudos Internacionais (dentro da área Política Contemporânea), a UFPR em Política Externa do Brasil e Organizações Internacionais, a UFMG em Política Internacional e Comparada, a UFRGS e a UFPE em Política Internacional e a UERJ em Política Internacional e Análise de Política Externa.

É bastante notável, ainda, a criação de vários programas de doutorado nos últimos anos – dos sete existentes, cinco foram criados nos últimos cinco anos. Como bem aponta Santos (2009, p. 274), o crescimento da pós-graduação tem relação com a demanda por docentes que resulta da grande expansão da graduação na área. A criação de novos doutorados, portanto, é um fator importante para a qualificação do ensino de RI no país.

Contrariamente ao que ocorre no ensino de graduação, na pós-graduação predominam as instituições públicas. Dentre as doze universidades que oferecem cursos de mestrado ou doutorado na área de RI, oito são públicas, três são privadas, e um programa é misto, sendo composto por duas universidades públicas e uma privada. Esse provavelmente é um fator importante para a maior participação das instituições públicas na pesquisa acadêmica da área.

Apesar do crescimento recente do campo, ainda existem problemas na área de ensino e pesquisa a serem superados. Lessa (2007), por exemplo, resalta que apesar deste crescimento, a área de RI ainda é muito menos desenvolvida no Brasil do que em outros países latino-americanos, notadamente Argentina e México. Julião (2009, p. 106), por sua vez, aponta para o “caráter multidisciplinar das matrizes curriculares que não formam profissionais com um perfil definido”. Analogamente, Miyamoto (1999) aponta como uma tendência, por vezes excessiva, no Brasil de tornar os cursos mais “práticos”, focando-os nos aspectos mais relacionados ao Comércio Internacional. Esses fatores certamente influenciam o papel dado ao ensino de Teorias dentro dos currículos, e a configuração desse ensino, como será visto na seção seguinte.

3 O ENSINO DE TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

O esforço em direção ao pragmatismo produz efeitos sobre a configuração dos currículos de graduação na área. Dado que a teoria é percebida pelo senso comum, de modo geral, negativamente como sendo inerentemente acadêmica e inaplicável aos problemas cotidianos do que os estudantes e gestores educacionais supõem que será a futura prática profissional dos egressos dos cursos de RI, disso resulta que as disciplinas de teoria não são muitas e não se integram fortemente com os demais componentes dos currículos de graduação em RI no Brasil. A indefinição sobre o perfil esperado dos egressos dos cursos de RI também contribui para que a ênfase dada à teoria varie bastante entre os cursos – não somente na quantidade de disciplinas, mas também nos conteúdos programáticos.

É importante destacar, porém, dois impulsos importantes no ensino de teoria na área de RI no Brasil. Em primeiro lugar, a existência de uma reflexão autônoma sobre o desenvolvimento econômico-social e a inserção política internacional do Brasil que antecede a constituição da área de RI nas universidades.⁵ Em segundo lugar, o esforço dos professores brasileiros de formularem manuais e bons textos introdutórios para uso nos cursos de graduação, tais como, por exemplo, Pecequillo (2005), Nogueira e Messari (2005), Silva e Gonçalves (2005), Cervo (2008) e Medeiros e Lima e Villa e Reis (2010).⁶ Além disso,

⁵ Vários autores brasileiros fizeram contribuições importantes a essa reflexão, de modo que não é possível, no curto espaço aqui disponível, fazer uma análise compreensiva de todos. Menciono, portanto, apenas alguns dos mais significativos. Já no início do século passado, Caio Prado Jr. procurou compreender o desenvolvimento brasileiro através de sua posição como colônia. Mais tarde, a CEPAL procura também compreender a inserção brasileira, agora como país periférico, mas, além disso, desenvolve ferramentas teóricas para a compreensão do desenvolvimento histórico do capitalismo como um todo. O pensamento cepalino veio também inspirar o desenvolvimento da Teoria da dependência – cujos principais proponentes são Fernando Henrique Cardoso (em parceria com Enzo Faletto) e Theotônio dos Santos – a qual é apontada por alguns como a primeira corrente de pensamento genuinamente periférica a debruçar-se sobre o tema da inserção internacional de países menos desenvolvidos (TICKNER, 2003). Os dependentistas advogam que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são fenômenos simultâneos, e não fases distintas de um processo histórico, e que, ademais, o subdesenvolvimento é mantido através da aliança existente entre as classes dominantes dos países periféricos com aquelas dos países centrais. Essas ideias influenciaram, ainda, a obra de Hélio Jaguaribe que se debruça, principalmente, sobre a questão da autonomia dos Estados, conceito que combina fatores internos (a viabilidade nacional) e externos (a permissividade internacional). De modo similar, Samuel Pinheiro Guimarães procura analisar a estrutura do sistema internacional através de uma ótica independente, que privilegia a realidade da periferia, desenvolvendo conceitos como ‘estruturas hegemônicas’ e ‘Grandes Estados Periféricos’. Finalmente, deve-se destacar também o trabalho de Amado Cervo, principalmente sua contribuição na análise dos conceitos brasileiros e na criação de seus próprios, relacionados às diferentes etapas da política externa brasileira (HERZ, 2002; TICKNER, 2003; CERVO, 2008).

⁶ A abordagem adotada por Cervo em sua obra *Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros* é distinta, pois não procura apresentar as tradicionais correntes teóricas de RI. Ao contrário, Cervo (2008, p. 90) critica a importação acrítica dessas teorias, propondo que se “destile o conhecimento alheio na química do pensamento brasileiro e latino-americano”. O autor procura, assim, expor o pensamento brasileiro na área de

também é possível beneficiar-se de pesquisas sobre a situação do ensino em outras subáreas de RI, a exemplo do estudo realizado por Santos (2005) sobre o ensino de História das Relações Internacionais e o estudo de Faria (2012) sobre o ensino e a pesquisa de Análise de Política Externa.

No caso de Teoria de Relações Internacionais (TRI)⁷, foram analisados 83 currículos de cursos de graduação em Relações Internacionais para averiguar a quantidade de disciplinas de TRI existentes nestes cursos.⁸ Dos 83, apenas quatro **não** possuíam alguma disciplina de teoria (Unisul, UMC, UNP e La Salle Manaus), o que representa apenas 4,8% do total. A média do número de disciplinas ficou em 1,85, sendo que a maior parte dos programas que oferecem mais de uma disciplina dividem o ensino de teoria em disciplinas de Teoria de Relações Internacionais I e Teoria de Relações Internacionais II. As universidades que oferecem o maior número de cursos de teoria são a FACAMP (quatro disciplinas obrigatórias) e a PUC Rio (três disciplinas obrigatórias). É notável também que a grande maioria das instituições não oferece qualquer disciplina optativa na área de teoria.

Em uma segunda etapa de nossa avaliação do ensino de Teorias de RI (TRI) no Brasil, foram analisados qualitativamente os Planos de Ensino de todas as disciplinas de TRI oferecidas em 31 universidades.⁹ Procurou-se verificar quais conteúdos recebem mais ênfase,

RI, iluminando ainda seu diálogo com as correntes tradicionais e desenvolvendo conceitos próprios acerca da inserção internacional brasileira.

⁷ O debate acerca *do que*, exatamente, constitui uma teoria, e como deve proceder a construção teórica, tem sido central na área de Relações Internacionais nas últimas décadas. É necessário ressaltar logo de início, portanto, a posição adotada nesse trabalho. Tratando-se de uma análise preliminar, que não busca avaliar profundamente *como* as teorias têm sido utilizadas, optou-se por uma posição neutra, adotando-se como critério o que os professores (no caso do ensino) e os autores (no caso da teoria) apresentam como teoria. Essa posição se assemelha àquela adotada por Barry Buzan e Amitav Acharya (2010, p. 6) em sua obra sobre teorias não-ocidentais de Relações Internacionais. Os autores afirmam que considerarão como teoria trabalhos que se enquadram nas seguintes condições: “that it be substantially acknowledged by others in the IR academic community as being theory; that it be self-identified by its creators as being IRT even if this is not widely acknowledged within the mainstream academic IR community; that regardless of what acknowledgment it receives, its construction identifies it as a systematic attempt to generalize about the subject matter or IR.”

⁸ Foram analisados todos os currículos que se encontravam disponíveis nos sítio internet das universidades. Além das universidades que não disponibilizavam currículos, o número reduziu-se – comparativamente ao número de cursos – pois algumas instituições utilizam o mesmo currículo em suas diversas filiais.

⁹ Os programas das disciplinas foram conseguidos principalmente através de contato com as coordenações de curso ou diretamente com os professores que ministram essas disciplinas. Foram utilizados nessa análise os programas das seguintes instituições: UNB, UNICEUB, PUC GOIAS, UFGD, PUC MINAS, UNI-BH, UFPB, UTP, UNICURITIBA, UNINTER, Bennett, PUC RJ, UNISINOS (somente programa de TRI I, pois a disciplina de TRI II ainda não foi ofertada nenhuma vez), UNISC, UNIRITTER, UFRGS, UFSM, UFPPEL, Faculdade América Latina, FAACS, UNIPAMPA, UFRR, UFSC, USP, UNESP, UNAERP, FMU, PUC SP, UNIFESP (somente programa de TRI I, pois a disciplina de TRI II ainda não foi ofertada nenhuma vez), FACAMP, e SENACP-SP.

que tipo de bibliografia é recomendado e quais correntes de pensamento teóricas predominam na bibliografia obrigatória.¹⁰

O primeiro aspecto que observamos é que a grande maioria dos programas enfatiza fortemente a apresentação das diversas correntes teóricas do campo das RI, dedicando pouco tempo ao debate mais amplo sobre a formulação de teorias e sobre sua utilização como ferramenta no desenvolvimento da pesquisa. Dos programas analisados, 56% não dedicam parte da(s) disciplina(s) de teoria a esse tipo de debate (ou seja, ele não é apresentado como um dos pontos do programa); outras 26% tem um ponto específico no programa dedicado a esses questionamentos, porém utilizam como bibliografia de base os capítulos introdutórios de manuais; apenas 16% recomendam a leitura de textos além de manuais que tratam especificamente de questões como o desenvolvimento das teorias e sua conexão com a pesquisa empírica.

Com relação à bibliografia indicada, pôde-se verificar que a grande maioria dos cursos (80%) utiliza, em sua bibliografia obrigatória¹¹, além de manuais introdutórios, textos originais dos autores pertencentes às correntes estudadas. No entanto, esses textos em muitos casos restringem-se a uma ou duas obras de autores clássicos, sendo que os mais utilizados são: Raymond Aron, Ernst Haas, Hans Morgenthau e Kenneth Waltz. Um fator importante para isso pode ser o fato de que boa parte da bibliografia da área ainda não possui tradução para o português.

Para verificar a influência das diversas correntes de pensamento teóricas no estudo das Relações Internacionais no Brasil, optamos pela utilização de uma metodologia similar àquela proposta por Arlene Tickner (2003). Assim como a autora, nos baseamos nos textos indicados

¹⁰ Neste trabalho optou-se pela adoção de Correntes de Pensamento em Relações Internacionais como unidade de análise. Essa é a unidade que mais se aproxima dos ‘ismos’ (Realismo, Liberalismo, Construtivismo) e foi escolhida principalmente pela estruturação dos programas de ensino de TRI em torno destes ‘ismos’, o que não só facilita a análise destes programas, mas também a comparação entre o ensino e a pesquisa. Essa unidade, contudo, não é um consenso no estudo e na avaliação da teoria em RI. Alguns autores preferem utilizar Programas de Pesquisa, a unidade proposta por Lakatos, que abarcaria além dos ismos, programas como o da ‘paz democrática’ ou da ‘transição de poder’. Outros ainda se referem a Paradigmas - unidade proposta por Kuhn – que se revezariam no domínio da disciplina (ELMAN e ELMAN, 2003). Alguns autores, como Andrew Bennett (2003, p. 486), defendem a concentração em “*problem-driven or puzzle-driven research, such as research on the democratic peace, alliance behavior, two-level games, deterrence, and international regimes*”. De modo similar, Lake (2012, p. 466) critica a divisão da disciplina em ‘ismos’ como algo similar a uma divisão em seitas religiosas e advoga que “*We should focus instead on developing contingent, mid-level theories of specific phenomena*”. Não obstante, autores como Nau (2012, p. 489) advogam que os ‘ismos’, ou grandes escolas, são necessários e que “*mid-level theories [...] inevitably leave out “big questions” posed from different or higher levels of analysis*”. Finalmente, o próprio Bennett (2021, p. 486) alerta que os ‘ismos’ têm tido um papel importante na organização da disciplina, e que tornam mais fácil o ensino de TRI.

¹¹ Optou-se por não incluir a bibliografia complementar na análise, supondo-se que a bibliografia obrigatória representa de maneira mais estrita o que os estudantes realmente leram e aprenderam.

na bibliografia obrigatória, os quais separamos em categorias para verificar o peso de cada uma delas no total. No entanto, optamos por classificar o texto de acordo com as diversas correntes de pensamento teóricas – ou seja, do modo como normalmente estão classificados nos próprios Planos de Ensino. Tickner (2003) havia optado por classificar os textos de acordo com categorias desenvolvidas pela própria autora (*Classical state-centric, Classical non-state-centric, General Classical, Marxist/neo-Marxist, Post-modern, Constructivist, Latin American Hybrid, Foreign Policy Analysis, e Other*). Também diferentemente da autora, optamos por utilizar os Planos de Ensino de todas as disciplinas de teoria oferecidas, visto que as diversas correntes são, quase sempre, divididas entre duas ou mais disciplinas, sendo que essa divisão é muito frequentemente cronológica.

Alguns comentários breves sobre como a classificação dos textos foi feita se fazem necessários. Naqueles programas em que a bibliografia era distribuída de acordo com os diversos conteúdos estudados a classificação foi muito simples: como esses pontos normalmente convergiam com as distintas correntes teóricas bastava contá-los e distribuí-los. Nos Planos de Ensino em que a bibliografia era apresentada ao final, o processo foi similar, a única diferença sendo que a classificação nas diferentes correntes foi feita pela autora. Finalmente, nos Planos de Ensino que utilizavam apenas manuais como bibliografia obrigatória, procurou-se respeitar o peso que cada manual dava às diferentes teorias. Desse modo, cada capítulo do manual foi entendido como um “texto”, de modo que se houvesse, por exemplo, dois capítulos dedicados ao Realismo e um ao Construtivismo, este seria o número de textos alocados às respectivas correntes de pensamento. Ao final deste processo fez-se a somatória do total dos textos e do total dedicado a cada corrente, o que permitiu o cálculo do peso dado a cada uma delas, como demonstrado na Tabela 2 (abaixo).

Tabela 2: Percentual de presença das correntes de pensamento em TRI na bibliografia obrigatórias das disciplinas brasileiras nesta área

| Participação das correntes teóricas nas leituras obrigatórias | |
|--|-----|
| Realismo | 17% |
| Liberalismo | 11% |
| Neorrealismo | 12% |
| Neoliberalismo | 13% |
| Construtivismo | 9% |
| Escola Inglesa | 8% |
| Marxismo | 9% |
| Feminismo | 4% |
| Teoria Crítica | 5% |
| Pós-modernismo | 5% |
| Pensamento Latino-americano | 2% |
| Outros | 5% |

Fonte: Elaborada pela autora com base nos Planos de Ensino de TRI oferecidos em 31 universidades brasileiras.

Como se pode ver na tabela acima, existe o predomínio das correntes consideradas tradicionais. Somando-se suas vertentes clássicas e ‘neo’, realismo e liberalismo ocupam, respectivamente, 29% e 24% dos textos. Ou seja, somados, equivalem a mais da metade dos textos utilizados no ensino de TRI no Brasil. Em seguida, construtivismo, escola inglesa e marxismo ocupam uma posição relativamente menos importante, porém ainda significativa. Feminismo, Teoria Crítica e Pós-modernismo são menos presentes, correspondendo, cada um deles, a cerca de 5% da bibliografia indicada. A categoria “outros” inclui, principalmente, textos sobre a globalização (e as diversas correntes que procuram explicá-la) e de Análise de Política Externa.

É interessante notar que, na análise realizada por Arlene Tickner (2003), nos programas das duas Universidades brasileiras estudadas pela autora, a UnB e a PUC Rio, não havia nenhum texto relacionado ao construtivismo, que no levantamento realizado nesse artigo corresponde a 9% dos textos indicados. No caso da PUC Rio também não havia qualquer texto relacionado ao marxismo e ao pós-modernismo, que agora respondem por 2% e 5% dos textos recomendados nas três disciplinas de TRI lecionadas na instituição. É possível que a maior participação dessas correntes acompanhe a tendência de aumento de sua proeminência no debate internacional da área. No entanto, é necessário ressaltar que, como foi observado anteriormente, Tickner (2003), em sua pesquisa optou por analisar apenas uma das

disciplinas de TRI ofertada em cada instituição (normalmente a disciplina introdutória), o que deve ter influenciado o resultado.

Essa configuração tem relação com o fato de que, como aponta Mônica Herz (2002), a incorporação de debates e paradigmas no campo das RI no Brasil, ocorre principalmente a partir dos anos 1990, e de forma relativamente lenta. Essa década é marcada pela influência do debate entre neorrealistas e neoinstitucionalistas e pela incorporação da Escola Inglesa. A autora aponta, ademais, uma “contínua hegemonia da perspectiva realista” (p. 29).

De acordo com estudo conduzido por Arlene Tickner (2003 a) sobre os currículos de cursos de Teorias das Relações Internacionais em doze instituições latino-americanas, os cursos brasileiros seguem a tendência regional de dar enfoque às teorias tradicionais. A média latino-americana é de 53% de todos os textos recomendados serem pertencentes às correntes realistas, neorrealistas ou neoliberais. Outros 11% pertencentes às teorias liberal e da interdependência.

Outra característica regional apontada pela autora é a de não incorporar as perspectivas endógenas – como a teoria da dependência – no ensino de Teorias de Relações Internacionais. Como se pode ver, o Brasil segue esse perfil, dado que apenas 2% dos textos recomendados são oriundos da corrente referida pela autora como Pensamento Latino-americano¹². No entanto, é válido ressaltar que, embora essa corrente corresponda a uma parte muito pequena do total de textos, ao verificarmos em quantos cursos existe alguma utilização de bibliografia do Pensamento Latino-americano, constata-se que esta está presente em 26% dos cursos¹³.

Através da análise realizada, é possível constatar que, de modo geral, o problema do ensino de teoria de RI no Brasil não é precisamente o número de disciplinas. Mesmo assim, naqueles cursos que possuem somente uma disciplina de teoria, o conteúdo programático fica comprometido, sendo que a bibliografia é normalmente composta, nestes casos, apenas por manuais. Apesar de os manuais serem um recurso interessante e didático, eles não instigam o desenvolvimento da capacidade de análise crítica da mesma maneira que o texto original.

Um problema mais substantivo evidenciado é a ausência nos programas de teoria, de bibliografia que explique o que é a teoria e sua utilização na área de Relações Internacionais. Esse tipo de recurso seria necessário para dar ao aluno a capacidade de compreender as teorias em um nível além da memorização, para avaliá-las criticamente e para entender seu papel no

¹² Decidimos incorporar o termo utilizado por Tickner (2003) em nossa pesquisa.

¹³ Dos 31 programas consultados, oito tinham em sua bibliografia obrigatória algum texto relacionado ao Pensamento Latino-americano.

desenvolvimento da pesquisa. Acredita-se que isso também tem influência sobre a pesquisa que é realizada na área, objeto da próxima seção.

4 A TEORIA NA PRÁTICA DE PESQUISA EM RI NO BRASIL

Para avaliar o estado da reflexão teórica na pesquisa realizada na área de Relações Internacionais no Brasil, procedemos com um estudo de teses de doutorado, relatórios técnicos de pesquisas financiadas pelo CNPq e artigos publicados em periódicos. Buscamos verificar através deste estudo, 1) a presença das diferentes correntes teóricas nos trabalhos, 2) a conexão entre a formação do autor e utilização de teorias, e 3) a comparação entre a utilização de teorias ensino e na pesquisa em RI.

No que tange a qualidade e a diversidade da produção acadêmica, pode-se dizer que é na década de 1990 que o estudo da disciplina ultrapassa a recuperação histórica e a prescrição quanto à Política Externa do país que o caracterizavam até então. Cresce relativamente também a penetração dos debates teóricos que caracterizam a disciplina em outros países, principalmente em decorrência de uma maior interação com os centros de pesquisa europeus e norte-americanos, através de programas de intercâmbio e do retorno de professores formados naqueles centros (HERZ, 2002).

Para avaliar a participação das instituições privadas e públicas na pesquisa, foram analisados 68 projetos de pesquisa financiados pelo CNPq e 112 artigos publicados nos dois principais periódicos brasileiros na área (as revistas RBPI e Contexto Internacional) entre os anos de 2004-2009. Constatou-se que das pesquisas financiadas pelo CNPq, 72,4% eram vinculadas a instituições públicas e 27,6% a instituições privadas. No caso dos artigos, verificou-se a instituição citada pelo autor como vínculo de docência (preferencialmente) ou discência. Os autores com vínculos com universidades públicas totalizavam 62% e aqueles com vínculo com instituições privadas, 37,8%.

A análise de todos os volumes da *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI), um dos principais periódicos especializados do país desde 1997, revelou que de todos os artigos publicados nas 24 edições, apenas três tratavam diretamente de teorias de Relações Internacionais, enquanto que Política Externa Brasileira, por exemplo, aparece em 30 artigos. A *Revista Contexto Internacional* (CI) apresenta maior número de artigos discutindo predominantemente as teorias e correntes de pensamento em Relações Internacionais: dentre os 115 artigos publicados nas edições entre 1999-2009, 21 tratavam desta temática, o que corresponde a cerca de 18% do total. Já o periódico *Cena Internacional*, publicação da UNB

que foi editada entre 1999 e 2008, teve uma média de 10% de seus artigos dedicados às teorias, considerando-se todas os 10 volumes editados (cada volume teve dois números).¹⁴

Para avaliar a utilização das diferentes correntes teóricas de Relações Internacionais na prática da pesquisa no Brasil, analisamos três tipos distintos de produção: teses de doutorado, relatórios técnicos de pesquisas financiadas pelo CNPq e artigos publicados em dois periódicos. No caso das teses, foram utilizadas todas aquelas defendidas nos programas de doutorado da UnB e da PUC do Rio de Janeiro (os únicos programas que já formaram doutores em RI), totalizando 36 trabalhos. Por meio da Lei de Acesso à Informação foram obtidos 20 relatórios técnicos com o CNPq.¹⁵ Porém, como alguns eram relatos de viagens ou participações em congressos, e outros não descreviam suficientemente a pesquisa para serem analisados, somente 12 foram utilizados nesta análise. Os artigos foram extraídos dos periódicos RBPI e Contexto Internacional, das edições de 2005-2009, totalizando 112 trabalhos analisados.¹⁶

A análise foi feita através da leitura do resumo, introdução e conclusão de todos os trabalhos. No caso das teses, quando necessário, também foi realizada a leitura do “capítulo teórico”. Quando não era possível a verificação da teoria utilizada pela leitura das partes mencionadas procedeu-se com uma busca por palavras-chave relacionadas ao assunto em questão (são elas: teoria, teórico, teórica, perspectiva, corrente, abordagem, paradigma, conceito, realismo, realista, liberalismo, liberal, construtivismo, construtivista, escola inglesa,

¹⁴ Para avaliação da temática dos artigos foram considerados títulos, resumos e palavras-chaves (quando disponíveis).

¹⁵ A solicitação foi inicialmente enviada ao CNPq através do e-SIC (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>) em 29/09/2012, recebendo o protocolo número 01390.000166/2012-94. Este foi respondido com um pedido para maiores detalhamentos dos documentos requeridos. Assim, novo protocolo foi aberto no dia nove de julho através do e-SIC, de número 01390.000201/2012-75. No dia 13 do mesmo mês obtive resposta do CNPq afirmando que, para que o pedido pudesse ser atendido era necessário que fosse enviada uma lista especificando todos os relatórios aos quais se buscava acesso. Como não existe uma área específica de projetos de Relações Internacionais, foi sugerido (nesta resposta) que se realizasse uma busca nas áreas de Antropologia, Ciência Política, Direito e Sociologia. Isso foi feito (através da consulta manual a todos os projetos dessas áreas, visto que não existe mecanismo de busca) resultando em uma lista de 68 projetos. Essa lista foi enviada ao SIC do CNPq. No entanto, como fui informada pelo atendimento do CNPq, como não está disponibilizado no site o número dos processos, que seria a forma mais rápida de localizá-los, esse processo poderia levar vários meses. Dessa forma, foi combinado que seriam enviados, logo que possível, aqueles relatórios que fossem de fácil localização e que estivessem disponíveis em meio eletrônico. Foram recebidos, assim, 20 relatórios. Destes, três não foram utilizados na pesquisa, pois se verificou que os professores responsáveis não tinham qualquer ligação com departamentos de RI ou CP; um consistia em um relato de viagem e outro de participação em Congresso; e três não foram utilizados, pois o relatório não descrevia suficientemente a pesquisa para que pudesse ser utilizado.

¹⁶ Somente não foram analisados aqueles artigos publicados por autores estrangeiros sem nenhum vínculo com a academia brasileira.

marxismo, marxista). A escolha das correntes a serem utilizadas como palavras-chave se deu por sua maior utilização no ensino (ver Tabela 2).

Os resultados da pesquisa descrita estão resumidos na Tabela 3. É importante ressaltar que os valores correspondem à quantidade de trabalhos nos quais determinada corrente é utilizada, de modo que o total somará mais de 100 – como se pode ver pelos valores da categoria “mais de uma”, diversos trabalhos utilizam uma combinação de duas ou mais teorias. Também gostaríamos de ressaltar que, sempre que possível, buscou-se incluir não todas as teorias que eram citadas (no caso das teses, principalmente, era bastante comum que o capítulo teórico discorresse sobre as várias teorias que tratavam do tema em questão), mas sim as teorias que foram consideradas pertinentes pelos autores dos trabalhos consultados.

Tabela 3: Percentual de presença das correntes de pensamento em TRI na produção científica brasileira (Teses de doutorado, Relatórios Técnicos de pesquisas financiadas pelo CNPQ e Artigos).

| | Teses | Relatórios Técnicos | Artigos | Total |
|-----------------------------|--------------|----------------------------|----------------|--------------|
| Realismo | 9% | 0% | 9% | 8% |
| Liberalismo | 17% | 8% | 10% | 11% |
| Construtivismo | 17% | 0% | 12% | 12% |
| Escola Inglesa | 6% | 0% | 6% | 6% |
| Marxismo | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Feminismo | 3% | 0% | 0% | 1% |
| Teoria Crítica | 6% | 0% | 2% | 3% |
| Pós-modernismo | 0% | 0% | 2% | 1% |
| Pensamento Latino-americano | 9% | 0% | 3% | 4% |
| Escola de Copenhague | 11% | 0% | 2% | 4% |
| Outros | 48% | 58% | 26% | 33% |
| Nenhum | 14% | 33% | 44% | 37% |
| Mais de uma | 31% | 0% | 11% | 34% |

Fonte: elaborada pela autora com base em teses, relatórios técnicos e artigos indicados.

O primeiro aspecto notável da tabela acima é o fato de que existem algumas diferenças significativas na utilização de teorias entre os diferentes tipos de pesquisa. As teses mencionam uma gama maior de teorias, as pesquisas financiadas pelo CNPq, ao contrário, quase não discutem as grandes teorias de RI, enquanto os artigos se colocam em um meio termo entre os dois anteriores. Todas as teorias estão, de fato, mais presentes nas teses do que

nas outras duas categorias analisadas, o que provavelmente pode ser atribuído ao fato de que a maior parte das teses utiliza algum tipo de teoria, enquanto um número muito maior de relatórios e artigos não utiliza (ou sequer menciona) qualquer teoria.

Esta discrepância dos dados foi das que mais chamou a atenção dentre os resultados da pesquisa realizada. Acredita-se que essa diferença se deve a existência, na maior parte das teses, de um capítulo explicitando o chamado “marco teórico”. Se considerarmos que o artigo publicado em periódico é, na maior parte das vezes, o produto final da pesquisa, aquele que é divulgado para a comunidade, e que, portanto, estima-se deve conter a essência da pesquisa, esses resultados levam a que se questione até que ponto a teoria é considerada parte integrante e essencial da pesquisa mesmo naqueles trabalhos em que é utilizada. Infelizmente, não foi encontrada na amostra de artigos quantidade suficiente daqueles que tenham sido fruto das pesquisas de tese doutoral analisadas para que se pudesse avaliar se na maioria das vezes o marco teórico é mantido. Foram encontrados apenas dois casos de autores que publicaram sua pesquisa de doutorado também em formato de artigo. Em um dos casos o marco teórico foi referido e em outro, não.

Outro dado que apresenta contrastes entre os diferentes tipos de trabalho é a utilização de outros tipos de teorias, aquelas que não se enquadram nas grandes escolas de pensamento das RI. Essa categoria abrange principalmente teorias de alcance médio¹⁷ e, em alguns casos, teorias de outras áreas do conhecimento, como a sociologia ou o direito. Como se pode ver, grande parte da pesquisa se baseia neste tipo de teoria, se afastando das grandes correntes que buscam explicar o funcionamento do Sistema Internacional de modo geral e procurando, antes, teorias que tratem diretamente do tema em questão.

Um resultado adicional da comparação desta pesquisa com o TRIP (*Teaching, Research and Policy views of International Relations Faculty in 20 countries*)¹⁸ de 2012

¹⁷ O conceito de teorias de alcance médio ou *middle-range theories* (MRT) foi inicialmente desenvolvido por Robert K. Merton. Em sua obra *Social Theory and Social Structure* (1968, p. 39) o autor as define como: “theories that lie between the minor but necessary working hypotheses that evolve in abundance during day-to-day research and the all-inclusive systematic efforts to develop a unified theory that will explain all the observed uniformities of social behavior, social organization and social change.” Merton (1968, p. 39-40) acrescenta que as teorias de alcance médio lidam com aspectos delimitados dos fenômenos sociais e são utilizadas, principalmente, para guiar a pesquisa empírica. Dougherty e Pfaltzgraff (1997, p. 10) listam como exemplos desse tipo de teoria na área de Relações Internacionais as teorias sobre dissuasão, sobre a formação de alianças e sobre a tomada de decisão.

¹⁸ O TRIP (*Teaching, Research, and International Policy*) é uma pesquisa com acadêmicos de RI de diversos países, pelo método de *survey*, que busca verificar as relações existentes entre o ensino, a pesquisa e a política externa. A pesquisa – que é realizada pelo *Institute for the Theory and Practice of International Relations*, do College of William and Mary, e coordenada pelos professores Daniel Maliniak, Susan Peterson e Michael Tierney – teve edições em 2004, 2006 e 2008. O grande diferencial da edição de 2012 é a inclusão de dez países, entre eles o Brasil (no caso brasileiro, 193 professores responderam à pesquisa). O

indica certa convergência entre os dados obtidos (Tabela 4) quando considerados somente os trabalhos que utilizam teoria. No entanto, algumas diferenças são notáveis. Primeiramente, esta pesquisa verificou um maior número de trabalhos que se utilizam de “outras” teorias – mesmo quando considerada a soma das categorias “outros” e “não paradigmáticos” do TRIP.

Tabela 4: Comparação entre teorias de RI utilizadas na pesquisa brasileiras e resultados TRIP

| | Total | Total com teoria | TRIP |
|-------------------|-------|------------------|------|
| Realismo | 8% | 13% | 14% |
| Liberalismo | 11% | 18% | 13% |
| Construtivismo | 12% | 19% | 20% |
| Escola Inglesa | 6% | 9% | 9% |
| Marxismo | 0% | 0% | 8% |
| Feminismo | 1% | 1% | 1% |
| Outros | 45% | 51% | 16% |
| Não-paradigmático | x | x | 19% |
| Nenhum | 37% | x | x |

Fonte: elaborada pela autora com base em teses, relatórios técnicos, artigos indicados e em dados de MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael J (2012).

Ademais, os resultados relacionados a algumas correntes também divergem. A mais notável, neste aspecto, é o marxismo. Enquanto em suas respostas ao TRIP, 8% dos professores entrevistados afirmaram utilizar essa teoria em sua pesquisa, nesta pesquisa não se verificou qualquer trabalho que utilizasse o marxismo ou mesmo o citasse. Com relação ao liberalismo ocorre o contrário, mais pesquisadores a utilizam em sua pesquisa do que afirmaram utilizar nas respostas ao TRIP. É possível que os participantes do TRIP tenham respondido a questão com base em sua identificação com determinada corrente teórica, o que não necessariamente implica em sua utilização na prática da pesquisa, e que explicaria essa divergência entre os resultados.

TRIP tem sido utilizado em diversos tipos de trabalhos, desde a análise sobre as diferenças teóricas e epistemológicas no estudo da EPI nos EUA e Europa de David Lake (2009), até a pesquisa sobre a influência da ideologia política no trabalho dos acadêmicos de RI publicado por Rathbun (2012). Em 2012 os acadêmicos que participaram do TRIP responderam a um total de 86 questões. Os resultados da presente tabela respondem à pergunta “*Which of the following best describes your approach to the study of IR? If you do not think of your work as falling within one of these paradigms, please select the category in which most other scholars would place your work*” (MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael J., 2012, p. 27).

Buscamos avaliar se existia relação entre a utilização de teorias na pesquisa e a formação dos autores. Para tanto dividimos os artigos¹⁹ entre aqueles que utilizavam e não utilizavam teoria, e consultamos os currículos *Lattes* dos autores para verificar sua formação. Os resultados estão expostos na Tabela 5 (abaixo).

Tabela 5: Relação entre a utilização de teorias em trabalhos acadêmicos e a formação do autor

| Etapas da Formação em RI | Utilizam teoria | Não utilizam teoria |
|---------------------------|-----------------|---------------------|
| Nenhuma etapa em RI | 37% | 62% |
| Uma etapa em RI | 31% | 15% |
| Duas ou mais etapas em RI | 31% | 23% |
| Total | 100 | 100 |

Fonte: elaborada pela autora com base em artigos e currículos *Lattes*.

Verificou-se que aqueles autores que tiveram alguma etapa de sua formação em RI tendem a utilizar mais as correntes teóricas de RI. Considerando a grande expansão do ensino na área, tanto na graduação quanto na pós-graduação, estima-se que esse fator pode ser relevante no que tange o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Na Tabela 6 estão comparados os percentuais de uso das diferentes correntes de pensamento em teoria de RI no ensino e na pesquisa. Como se pode ver, os resultados divergem marcadamente.

Tabela 6: Correntes de Pensamento utilizadas no ensino e na pesquisa em RI no Brasil

| | Ensino | Pesquisa |
|----------------|--------|----------|
| Realismo | 29% | 13% |
| Liberalismo | 24% | 18% |
| Construtivismo | 9% | 19% |
| Escola Inglesa | 8% | 9% |
| Marxismo | 9% | 0% |
| Feminismo | 4% | 1% |
| Outros | 22% | 51% |

Fonte: elaborada pela autora com base em Plano de Ensino de ensino, teses e relatórios técnicos, artigos indicados.

¹⁹ Nesta análise não utilizamos as teses ou relatórios pois no caso das teses todos possuíam, necessariamente, ao menos uma etapa da formação em RI e no caso dos relatórios a maior parte.

Os dados da tabela 6 permitem, portanto, inferir a existência de diferenças substantivas na utilização de teorias no ensino e na pesquisa (nesta tabela foram considerados somente aqueles trabalhos nos quais estava presente alguma teoria). Primeiramente, verifica-se que no ensino as principais teorias expostas são aquelas tradicionais – a maior ênfase é dada ao Realismo, Liberalismo e Marxismo. Já na pesquisa a corrente mais utilizada é o Construtivismo. Também é significativa quantidade de pesquisas caracterizadas que se utilizam de outras abordagens não especificadas relacionadas às grandes correntes teóricas.

Uma das razões da discrepância entre as correntes teóricas utilizadas no ensino e na pesquisa pode ser de natureza metodológica. Em sua pesquisa sobre a utilização destas correntes na pesquisa em sete países latino-americanos, Arlene Tickner (2003, p. 344, tradução nossa) argumenta que uma das razões da menor utilização do neorealismo e neoliberalismo institucional poderia ser “a ausência de uma tradição forte em análise quantitativa na região”²⁰. Na pesquisa de Tickner, publicada há nove anos, a autora relata que poucos trabalhos utilizavam o construtivismo. No entanto, é possível que a ampla utilização que foi verificada em nosso trabalho tenha uma origem similar, tendo esta corrente sido percebida pelos pesquisadores como uma abordagem mais flexível. A predominância das teorias tradicionais no ensino poderia demonstrar, por sua vez, que estes não são necessariamente organizados para dar ênfase às teorias que são tidas como mais relevantes, mas apenas reproduzem o que é habitual.

Outro fato que chamou a atenção dentre os resultados da pesquisa foi a utilização, em parcela considerável dos trabalhos (34%), da combinação de uma ou mais teorias. Uma das combinações mais comuns que pôde ser observada é das três maiores teorias - realismo, liberalismo e construtivismo. A utilização de diversas teorias em um mesmo trabalho, o que pode ser chamado de pluralismo teórico (CHECKEL, 2012), ou ecletismo analítico (SIL e KATZENSTEIN, 2010) tem sido uma proposta relativamente proeminente no debate acadêmico de RI na última década. Seus defensores, de modo geral, afirmam que a divisão da disciplina em “ismos” tem estancado o avanço desta. David Lake (2012, p. 465, tradução nossa), por exemplo, afirma que “nos organizamos em ‘seitas’ acadêmicas que se engajam em pesquisas auto-afirmadoras e depois entramos em debates entre religiões acadêmicas.”²¹

²⁰ “the absence of a strong quantitative analytical tradition in the region” no original.

²¹ “We organize ourselves into academic “sects” that engage in self-affirming research and then wage theological debates between academic religions.” no original.

Não obstante, como afirma Checkel (2012, p. 236, tradução nossa), para evitar uma abordagem do tipo “qualquer coisa serve”²², se faz necessária muita atenção a questões metodológicas e epistemológicas, pois como o próprio Lake (2012, p. 466) afirma, as diferentes tradições de pesquisa possuem “suposições centrais [...] frequentemente incomensuráveis.”²³. Mesmo Sil e Katzenstein, (2012, p. 482, tradução nossa) advertem:

Cortar através dos diversos paradigmas não é apenas questão de se ter uma atitude pluralística. Também é necessário reconhecer que os antecedentes metateóricos de uma dada abordagem configuram a maneira pela qual seus aderentes veem o mundo, articulam perguntas de pesquisa, e desenvolvem esquemas explanatórios ou interpretativos.²⁴

Com relação aos trabalhos analisados, é possível questionar-se até que ponto este ecletismo teórico foi conduzido de maneira consciente, e não consistiu apenas em colocar elementos de diversas teorias em um “grande liquidificador” (ELMAN e ELMAN, 2003, p. 59, tradução nossa) sem um critério claro. Essa avaliação, no entanto, foge ao escopo deste artigo, exigindo um estudo mais aprofundado dos trabalhos em questão.

²² “[...]an attitude of anything goes” no original.

²³ “Each research tradition has a unique set of core assumptions about the nature of world politics. These assumptions, in turn, are often incommensurate across traditions.” No original..

²⁴ “Cutting across paradigms is not simply a matter of being pluralistic in attitude. It is also a matter of recognizing how the meta-theoretical priors of a given approach shape the manner in which its adherents view the world, articulate research questions, define core concepts, and develop explanatory or interpretive schemes.” No original.

5 PARA ALÉM DO BRASIL: A QUESTÃO DA TEORIA DE RI NA ÍNDIA E NA ÁFRICA DO SUL

Nesta seção, o caso brasileiro é contextualizado através de uma revisão parcial da literatura científica sobre o ensino de teoria de RI e sua utilização na pesquisa na Índia e na África do Sul.

No caso indiano, com relação à ênfase dada às teorias, tanto no ensino quanto na pesquisa, Alagappa (2009, p. 17, tradução nossa) afirma que:

Infelizmente, o ensino e as habilidades de pesquisa receberam muito pouca atenção na Índia, e existe um número muito pequeno de docentes indianos com treinamento e que entendem o papel da teoria em RI. Consequentemente, poucas escolas e programas oferecem cursos de teorias bem concebidos.²⁵

Bajpai (2004, p. 25, tradução nossa) vai ao encontro desta opinião, acrescentando que “o principal fator inibidor para o desenvolvimento dos Estudos Internacionais [na Índia] é a resistência à teoria”. Essa resistência, segundo o autor, teria resultado em uma falta de “auto-reflexão”, ou seja, de uma “consciente e sistemática reflexão sobre a conduta e os objetivos da investigação”²⁶. Behera (2010, p. 93, tradução nossa) faz uma descrição compreensiva da situação do estudo das Relações Internacionais na Índia:

Ao contrário da Ciência Política, que é mais enraizada na teoria política, o componente teórico das RI permanece fraco. A maior parte dos currículos consiste de um amálgama da história diplomática das grandes potências (leia-se Europa) durante as Guerras Mundiais seguido da Guerra Fria e das relações exteriores da Índia com pouca atenção devotada aos conceitos fundamentais e debates teóricos em RI.²⁷

²⁵ “Regrettably, IR theory teaching and research skills have commanded little attention in India, and there is only a very small pool of trained Indian faculty who understand the role of theory in IR. Consequently few schools and programmes offer well conceived IR theory courses” no original.

²⁶ “[...] the most serious inhibiting factor to the development of International Studies is the resistance to theory [...] has left International Studies in India without a sense of self-reflexiviness, that is, systematic and concious reflection on the conduct and goals of inquiry” no original.

²⁷ “Unlike political science that is more deeply rooted in political theory, the theoretical component of Indian IR remains thin. Most syllabi consist of an amalgam of diplomatic histories of major powers (read Europe) during World War I and World War II followed by the Cold War and India’s foreign relations with little attention devoted to fundamental concepts and theoretical debates in IR.” no original.

Behera (2009, p. 141, tradução nossa), realizou uma análise em quatro periódicos do sul asiático, classificando os artigos publicados como “empíricos”, “teóricos” e “teoricamente informados” (*theoretically-informed*). O periódico indiano selecionado, o *International Studies*, apresenta um predomínio claro de artigos empíricos. Os artigos teóricos respondem por apenas 0,8%; os artigos teoricamente-informados, por 17%; e os empíricos, 75%.²⁸

A situação na África do Sul parece ser similar, pois Taylor (2000, p. 207, tradução nossa) expressa opinião de que a falta de conhecimento em teoria e meta-teoria é um problema grave na academia sul-africana, na qual “com poucas exceções, os acadêmicos não engajam com questões teóricas”²⁹. Similarmente à pesquisa realizada por Behera (2009), Maxi Schoeman (2009, p. 63) procurou avaliar a utilização de teorias nas publicações sul-africanas. Para tanto, Schoeman analisou os artigos publicados nos periódicos *Politikon* e *South African Journal of International Affairs* (SAJIA), classificando-os entre aqueles que possuem teoria pura, aqueles que contêm teoria aplicada, e os que são orientados às políticas públicas (*policy related*) ou descritivos. Na *Politikon*, 8% dos artigos eram relacionados a teoria pura, 38% continham teoria aplicada, e 53% eram orientados às políticas públicas (*policy related*) ou descritivos. Já no SAJIA, apenas 2% tratavam de teoria pura, 14% continham teoria aplicada e a grande maioria, 85%, eram orientados às políticas públicas (*policy related*) ou descritivos.

No que tange à disseminação das diferentes correntes teóricas, tanto no caso indiano quanto na África do Sul, parece haver predomínio da perspectiva realista, porém com incorporação gradual de novas correntes. Na Índia Mallavarapu (2009, p. 172) afirma que o realismo clássico de Morgenthau é o mais extensivamente utilizado, enquanto o trabalho de Waltz demorou a emergir como uma perspectiva influente. Rana e Misra (2005) acrescentam que, frequentemente, o realismo é utilizado de forma inconsciente pelos pesquisadores.

Ainda de acordo com Mallavarapu (2009, p. 172), a Escola Inglesa influenciou alguns dos nomes mais proeminentes da academia indiana de RI, como A. P. Rana. O liberalismo, no entanto, não exerce influência significativa, o que possivelmente decorre da perda de popularidade do liberalismo de modo geral na cultura política indiana. Correntes mais recentes como o Construtivismo, Feminismo e pós-modernismo têm exercido alguma

²⁸ A autora classificou como teóricos aqueles artigos que tratavam de abordagens teóricas, debates entre diferentes correntes teóricas ou questões metodológicas. Os artigos teoricamente informados utilizam uma teoria como base da pesquisa empírica realizada sobre uma dada problemática. Os artigos empíricos apresentam um relato histórico ou narrativo de qualquer assunto.

²⁹ "This failing is particularly acute within the academy in South Africa where with a few exceptions 'theoretical concerns have not engaged South African scholars'." No original.

influência em trabalhos contemporâneos. Rana e Misra (2005, p. 80-81, tradução nossa), no entanto, alertam os autores que, devido à falta de atenção à metodologia, teorias como o pós-behavioralismo, a fenomenologia, a hermenêutica, e, agora, o pós-modernismo e a teoria crítica podem se tornar “a desculpa de que precisamos para realizarmos trabalhos generalistas, normativos e induzidos por nossos valores”.³⁰

Na África do Sul, enquanto Taylor (2000) defende que o predomínio do realismo é incontestável e que, além disso, seus defensores são o grupo mais vocal em defesa de sua perspectiva, Schoeman (2009) afirma que o pós-modernismo, construtivismo, teoria crítica também têm sido frequentemente utilizados na pesquisa. Acrescenta ainda que a teoria da dependência é parte importante dos currículos sul-africanos. É possível que a divergência se deva ao fato de que o trabalho de Schoeman foi publicado em 2009, demonstrando uma incorporação bastante recente das correntes citadas pela autora.

As razões listadas por autores indianos e sul-africanos para explicar a pouca atenção dada à teoria também convergem. A primeira delas é a falta de recursos, embora no caso indiano Basrur (2009), por exemplo, saliente que embora a falta de recursos contribua, a simples injeção de mais recursos não é a solução. A situação na África do Sul é bastante particular devido à duração do regime do Apartheid, que perdurou até 1994. Como expõe Shoeman (2009, p. 54-55), enquanto perdurou o regime de segregação, o trabalho desenvolvido na área de RI nas universidades era largamente voltado para os assuntos de interesse do governo, notadamente a segurança e a legitimidade do Estado sul-africano (e de seus governantes) perante o Sistema Internacional. A maior parte dos institutos de pesquisa era próxima ao governo e não era incomum que acadêmicos transitassem entre o ensino e o serviço público.

Na Índia, outra explicação oferecida é o fato de que, diferentemente do ocorrido nos Estados Unidos, a disciplina de Relações Internacionais não surgiu a partir da Ciência Política. No caso indiano, Bajpai (2004) aponta que os primeiros cursos surgiram nas décadas de 1950-60 com acadêmicos provenientes do direito, história, filosofia. Analogamente, Bajpai (2005) e Sharma (2009), salientam o predomínio dos chamados *area studies*, que englobam qualquer tipo de trabalho envolvendo um país estrangeiro sem necessariamente utilizar-se de

³⁰ “And post-behaviouralism, phenomenology, and, now, post-modernism and critical theory have provided the excuses we needed to indulge in generalized, normative, value-indulged writing [...]” no original. Maria Regina Soares de Lima (2012) expressou preocupação similar, chamando atenção para o receio de pesquisadores de RI em se utilizarem de métodos quantitativos e outros comuns na política comparada.

ferramentas conceituais particulares à disciplina de RI, o que acaba resultando em um perfil pouco definido da disciplina.

Um fator comum aos dois países é a pressão para que os trabalhos tenham um caráter prático, voltado à formulação das políticas governamentais (*policy oriented*). Bajpai (2004) destaca no caso indiano a insistência de que a ciência social deve ser ‘relevante’ e a visão da teorização como um exercício fútil. O autor coloca que, entre os acadêmicos indianos, “a teoria é representada como um produto que o Ocidente pode permitir-se, mas que a Índia [...] não pode”³¹ (p. 29, tradução nossa). Schoeman (2009, p. 55, tradução nossa), com relação à África do Sul afirma que a pressão pelo caráter prático resulta em “treino ao invés de educação no caso dos estudantes; no caso da pesquisa, recomendações práticas para a formulação de políticas ao invés de publicações que explorem ideias e questões teóricas.”³²

Por fim, Paul (2009) e Bajpai (2009), ressaltam que era bastante difundida, na Índia, a percepção das RI como uma disciplina inerentemente ocidental ou mesmo Americana. Bajpai (2009, p. 29, tradução nossa) acrescenta que muitos acadêmicos percebem as teorias, desse modo, como ferramentas do neocolonialismo e que “a teoria, de acordo com essa visão, é uma armadilha, um discurso de legitimação que justifica ou racionaliza a visão de mundo ocidental e as políticas ocidentais”.³³

³¹ “Theory is represented as a product the West can afford, but which India [...] cannot”. No original.

³² “In the case of students training rather than education; in the case of research, practical policy recommendations rather than publications that explore ideas and theoretical issues” no original.

³³ “Theory, in this view, is a trap, a legitimizing discourse, one that justifies or rationalizes a western world-view and western policies” no original. Nota-se, aqui, uma aproximação com a posição adotada por Amado Cervo. Em sua obra Cervo (2008, p. 63) advoga cautela em relação às teorias, pois estas seriam “epistemologicamente insuficientes e porque fundam decisões que veiculam interesses, valores, visão de mundo e capacidades de quem as concebe, sempre em benefício próprio.” O autor propõe, de fato, que uma melhor alternativa à teoria seria a formulação de conceitos próprios.

6 CONCLUSÕES

A área de Relações Internacionais sofreu uma expansão significativa na última década, com aumento impressionante no número de cursos de graduação e um crescimento também considerável na pós-graduação *stricto sensu*. No entanto, a área ainda enfrenta grandes desafios, tais como o perfil indefinido dos cursos de graduação e o que se poderia chamar de "armadilha pragmática".

Dentro desse panorama, o ensino de teoria sai prejudicado. Embora na maior parte dos cursos o número de disciplinas seja aceitável, é notável que o perfil do ensino segue baseado na exposição mais ou menos acrítica e ritual das diferentes correntes teóricas, sem que discussões acerca da formulação teórica em si mesma, do papel das teorias na área de Relações Internacionais e de sua utilização como ferramenta importante da pesquisa constituam parte significativa da grande maioria dos Planos de Ensino.

Nossa análise da pesquisa na área, por sua vez, indica um descolamento entre o que se apresenta no ensino de TRI e a utilização das teorias na prática de pesquisa: enquanto o ensino é focado nas grandes correntes de pensamento em TRI, na pesquisa a maior parte dos trabalhos não utiliza qualquer tipo de teoria ou utiliza outras teorias, em geral de alcance médio. Questiona-se, assim, até que ponto aquilo que é estudado nas aulas de TRI fica retido além da memorização e percebido como uma ferramenta relevante para a pesquisa, ou mesmo a ação dos futuros profissionais.

O grande número de trabalhos que não cita qualquer tipo de teoria, bem como aqueles que se utilizam de várias correntes distintas, parece indicar a necessidade de um debate na área sobre o papel da teoria na pesquisa, sobre sua aplicabilidade e um debate acerca de sua validade que vá além da crítica rasa e se preocupe em discutir formas de como de fato avaliá-las.

O diagnóstico de autores indianos e sul-africanos sobre o ensino de TRI e sua utilização na pesquisa em seus países demonstra que o caso brasileiro não é único. De fato, muitas são as semelhanças que podem ser observadas: o caráter pouco definido dos cursos, as limitações da reflexão sobre o papel da teoria na pesquisa - e mesmo certa desconfiança com relação às teorias -, a pressão para que os trabalhos tenham um caráter prático. Essas similaridades parecem apontar no sentido da confirmação de seu papel no escasso desenvolvimento de teorias fora dos Estados Unidos e Europa.

O trabalho aqui realiza, como já foi dito, constitui apenas um esforço preliminar no sentido de estabelecer uma possível relação entre o ensino de Teorias de RI e a sua utilização na pesquisa realizada na área. O estudo aponta, assim, a necessidade de um trabalho que venha completar o que foi aqui realizado. Somente através de uma análise mais aprofundada de como as teorias foram de fato utilizadas nos trabalhos seria possível averiguar se constituem ou não parte integral da pesquisa. Ademais, um estudo que buscasse avaliar a qualidade tanto do ensino de TRI quanto da pesquisa nas diferentes instituições poderia averiguar a correlação entre as duas variáveis.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**. New York: Rutledge, 2010.

ALAGAPPA, Muthiah. Strengthening International Studies in India: Vision and Recommendations. **International Studies**, New Delhi, n. 46, p. 7-35, 2009. Disponível em: <<http://isq.sagepub.com/content/46/1-2/7>>. Acesso em: 17 out. 2012.

BAJPAI, Kanti; MALLAVARAPU, Siddarth. **International Reactions in India: Bringing Theory Back Home**. Nova Delhi: Orient Longman Private Limited, 2005.

BAJPAI, Kanti. Obstacles to Good Work in Indian International Relations. **International Studies**, New Delhi, 46, p. 109-128, 2009. Disponível em: <<http://isq.sagepub.com/content/46/1-2/9>>. Acesso em: 17 out. 2012.

BARASUOL, Fernanda. **Teorização (In)Dependente: As Teorias De Relações Internacionais E A Formulação Da Política Externa Brasileira**. 2010. 74 p. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BASRUR, Rajesh. Scholarship on India's International Relations : Some Disciplinary Shortcomings. **International Studies**, New Delhi, v. 46, p. 89-108, 2009. Disponível em: <<http://isq.sagepub.com/content/46/1-2/89>>. Acesso em: 17 out. 2012.

BEHERA, Navita Chadha. Re-Imagining IR in India. In. ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**. New York: Rutledge, 2010.

BENNETT, Andrew. A Lakatosian Reading of Lakatos: What Can We Salvage from the Hard Core? In. ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F (Ed). **Progress in International Relations Theory: Apparaising the Field**. Cambridge: MIT Press, 2003. p. 455-494.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2012.

BREDA DOS SANTOS, Norma. História Das Relações Internacionais No Brasil: Esboço De Uma Avaliação Sobre A Área. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.11-39, 2005.

BREDA DOS SANTOS, Norma; FONSECA, Fúlvio Eduardo. A Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, maio/ago., p. 353-380, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v31n2/v31n2a05.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

CERVO, Amado L. **Inserção Internacional**: Formação de Conceitos Brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHECKEL, Jeffrey T. Theoretical Pluralism in IR: Possibilities and Limits. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth (Ed.). **Sage Handbook of International Relations**, 2nd Ed. London: Sage Publications, 2012. . p. 220-242.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L. **Contending theories of international relations a comprehensive survey**. New York: Longman, 1997.

DUNN, David J. International relations and the New South Africa. **South African Journal of International Affairs**, Johannesburg, v. 3, n. 1, p. 33-46, 1995. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/10220469509545149>>. Acesso em: 10 set. 2012.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F (Ed). **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**. Cambridge: MIT Press, 2003.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Teaching And Research On Foreign Policy In The Field of International Relations Of Brazil. Porto Alegre: **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 95-128, 2012. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/austral/article/view/30695>> Acesso em 20 out. 2012.

HERZ, Mônica. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro v. 24, nº 1, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292002000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em 20 abr. 2012.

JULIÃO, Taís Sodrin. **O Brasil no Mundo e o Mundo no Brasil: A Formação de Quadros, a Produção de Conhecimento e a Construção da Área de Relações Internacionais**. 2009. 165 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2009.

LAKE, David. A. Trips across the Atlantic: Theory and Epistemology in IPE. **Review of International Political Economy**, Montreal, vol. 16, p. 47–57, 2009.

_____. Why “isms” Are Evil: Theory, Epistemology, and Academic Sects as Impediments to Understanding and Progress. **International Studies Quarterly**, Tucson, nº55, p. 465-480, 2012.

LESSA, Antônio Carlos. A Evolução Recente dos Estudos e dos Programas de Pós-Graduação Em Relações Internacionais No Brasil. **Revista ComCiência**, [S.l.], n. 77, 2006. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=12&id=98>> Acesso: 12 ago. 2007.

_____. Instituições, Atores e Dinâmicas do Ensino e da Pesquisa em Relações Internacionais No Brasil: o Diálogo Entre a História, a Ciência Política e os Novos Paradigmas de Interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, vol. 48, nº 2, p. 169-184, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 08 jul. 2012.

LIMA, Maria Regina Soares de. A Política Externa Brasileira e Os Desafios da Cooperação Sul-Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.** Brasília, 48 nº 1, p. 24-59, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 08 jul. 2012.

_____. Prefácio. In. AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula: a Condução e os Determinantes da Política Externa Brasileira**. São Paulo: Elsevier, 2012. p. ix-xiii.

MALLAVARAPU, Siddharth. Development of International Relations Theory in India : Traditions, Contemporary Perspectives and Trajectories. **International Studies**, New Delhi, v. 46, p. 165-183, 2009. Disponível em: <<http://isq.sagepub.com/content/46/1-2/165>>. Acesso em: 17 out. 2012.

MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael J. **Trip Around The World: Teaching, Research, and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries**. Williamsburg: Institute for the Theory and Practice of International Relations, College of William and Mary, 2012.

MATTOO, Amitabh. The State of International Studies in India. **International Studies**, New Delhi, v. 46, p. 37-48, 2009. Disponível em: <<http://isq.sagepub.com/content/46/1-2/37>>. Acesso em: 17 out. 2012.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida et AL. **Teóricos das Relações Internacionais**. São Paulo : Hucitec, 2012.

MENDONÇA, Filipe; VELASCO E CRUZ, Sebastião. O Campo das Relações Internacionais no Brasil: Situação, Desafios, Possibilidades. In: LESSA, Renato. (Org.). **Ciência Política**. São Paulo: Anpocs; Barcarolla; Discurso Editorial, 2010. p. 297-320

MERTON, Robert K. **Social Theory and Social Structure**. New York: The Free Press, 1968.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Estudo das Relações Internacionais no Brasil: o Estado da Arte. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12, jun., p. 83-98, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a05.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

NAU, Henry R. No Alternative to ‘‘Isms’’. **International Studies Quarterly**, Tucson, nº55, p. 465-480, 2012.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PAUL, T. V. Integrating International Relations Studies in India to Global Scholarship. **International Studies**, New Delhi, 46, p. 129-145, 2009. Disponível em: <<http://isq.sagepub.com/content/46/1-2/129>>. Acesso em: 17 out. 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais** : Temas, Atores e Visões. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

RATHBUN, Brian. Politics and Paradigm Preferences: The Implicit Ideology of International Relations Scholars. **International Studies Quarterly**, Tucson, vol. 56, 607-622, 2012. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2478.2012.00749.x/abstract>>. Acesso em: 17 out. 2012.

SHARMA, Devika. Mapping International Relations Teaching and Research in Indian Universities. **International Studies**, New Delhi, 46, p. 69-88, 2009. Disponível em <<http://isq.sagepub.com/content/46/1-2/69>>. Acesso em: 17 out. 2012.

SHOEMAN, Maxi. South Africa: Between History and a Hard Place. In. TICKNER, Arlene; WEAVER, Ole. **International Relations Scholarship around the World**. New York: Routledge, 2009. p. 53-70.

SIL, Rudra; KATZENSTEIN, Peter J. **Beyond Paradigms: Analytic Eclecticism in the Study of World Politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. Barueri: Manole, 2005.

TAYLOR, Ian. Rethinking the Study of international Relations in South Africa. **Politikon**, Johannesburg, v. 27, n. 2, p.207-220, 2000. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/toc/cpsa20/27/2>>. Acesso em: 17 out. 2012.

TICKNER, Arlene; WEAVER, Ole. **International Relations Scholarship around the World**. Nova Iorque: Routledge, 2009.

TICKNER, Arlene. Hearing Latin American Voices in International Relations Studies. **International Studies Perspectives**, Malden MA, v. 4, n. 4, p. 325-350, 2003. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1528-3577.404001/abstract>>. Acesso em: 07 abr. 2012.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula: Uma Década de Política Externa (1995-2005). **Civitas**, Porto Alegre, vol. 5, nº 2, p. 381-397, jul./dez. 2005. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9>>. Acesso em: 07 abr. 2012.